



Câmara Municipal de Rio Branco
Diretoria Legislativa
Comissões Técnicas



DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 127 do Regimento Interno, determino que a proposição tramite no âmbito da **Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação**.

Rio Branco, 11 de dezembro de 2025.


Vereador JOABE LIRA

Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco



Câmara Municipal de Rio Branco
Diretoria Legislativa
Comissões Técnicas



DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 63 do Regimento Interno, designo como relator do **Projeto de Lei Complementar nº 45/2025**, de autoria do Executivo Municipal, o Vereador **Márcio Mustafá**.

Rio Branco, 11 de dezembro de 2025

Vereador AIACHE
Presidente da CCJRF

MANIFESTO CIÊNCIA
da relatoria designada acima, em
11 / 12 / 2025.

Vereador Márcio Mustafá
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
DIRETORIA LEGISLATIVA
COMISSÕES TÉCNICAS



PARECER N° 158/2025/CCJRF/COFT

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL e a COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO apreciam o Projeto de Lei Complementar n° 45/2025.

Autoria: Executivo Municipal

Relatoria: Vereador Márcio Mustafá

1. RELATÓRIO

Trata-se de parecer acerca do Projeto de Lei Complementar n° 45/2025, que **"Altera a Lei municipal n° 1.959, de 20 de fevereiro de 2013, alterada pela Lei n° 2.032, de 27 de dezembro de 2013, Lei n° 2.039, de 9 de abril de 2014, Lei n° 2.225, de 23 de fevereiro de 2017, Lei n° 2.255, de 21 de novembro de 2017, Lei Complementar n° 54, de 7 de dezembro de 2018, Lei Complementar n° 73, de 5 de novembro de 2019, Lei Complementar n° 132, de 25 de janeiro de 2022, Lei Complementar n° 179, de 5 de agosto de 2022 e Lei Complementar n° 207, de 29 de dezembro de 2022, Lei Complementar n° 215, de 12 de abril de 2023 e Lei Complementar n° 275, de 20 de dezembro de 2023, Lei Complementar n° 332/2024, Lei Complementar n° 340/2025"**.

A proposição legislativa em análise objetiva alterar a redação do § 1º do art. 65 da Lei Municipal n.º 1.959, de 20 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a organização da Administração Pública Municipal e estabelece sua estrutura, princípios e diretrizes.

O dispositivo em questão, com a redação conferida pela Lei Complementar n.º 275, de 20 de dezembro de 2023, **estabelece que o provimento dos cargos em comissão de natureza militar respeitará o limite mensal de gastos de R\$ 131.300,00** (cento e trinta e um mil e trezentos reais). **O Projeto de Lei Complementar n.º 45/2025 propõe a alteração desse valor para R\$ 157.560,00** (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta reais), **restabelecendo o montante que vigorava sob a égide da Lei Complementar n.º 207, de 29 de dezembro de 2022.**

A proposição foi encaminhada a esta Casa Legislativa acompanhada da Mensagem Governamental n.º 66/2025, que justifica a alteração como uma medida necessária para a correção de um erro material. Argumenta o Executivo que a Lei Complementar n.º 275/2023, ao tratar da criação da Secretaria Municipal de Esportes, alterou inadvertidamente o limite de gastos com cargos de natureza militar, cujo valor correto e orçamentariamente previsto seria aquele estabelecido pela Lei Complementar n.º 207/2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
DIRETORIA LEGISLATIVA
COMISSÕES TÉCNICAS



Instrui o processo, ainda, a Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro (EIOF) n.º 0043/2025, subscrita pelos Secretários Municipais de Planejamento e de Finanças, a qual conclui que a proposição não gera impacto orçamentário ou financeiro, por se tratar, segundo o documento, de mero ajuste textual sem repercussão financeira, não se enquadrando nas hipóteses dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

2. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei Complementar nº 44/2025 se enquadra nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios, por se tratar de matéria de interesse local (art. 30, I, da CF, art. 22, I, da CE e art. 23, VI, da LO), de relevância preponderante para os municípios de Rio Branco e relativa à estrutura da administração.

Também não há vício de iniciativa, pois, conforme art. 61, § 1º, II, "a", da CF, bem como os art. 36, I, da Lei Orgânica Municipal, são da iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração. A matéria em tela, ao tratar do limite de gastos com cargos públicos, enquadra-se na competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Quanto à espécie normativa utilizada, trata-se de matéria reservada à lei complementar, conforme art. 43, § 1º, V, da Lei Orgânica, não havendo equívoco neste ponto.

3. MÉRITO

O mérito da proposição consiste na alteração do § 1º do art. 65 da Lei Municipal n.º 1.959/2013, para majorar o teto de despesa mensal com cargos de natureza militar, para corrigir "erro material" ocorrido durante a tramitação da Lei Complementar n.º 275/2023.

Dessa forma, a alteração proposta se afigura como uma inovação no ordenamento jurídico municipal que institui uma nova possibilidade de dispêndio com pessoal, resultando em um efetivo aumento do teto de gastos autorizado para os cargos de natureza militar. A natureza da alteração é, portanto, de ampliação de despesa.

Adequação orçamentário-financeira

No caso em apreço, a Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro (EIOF) n.º 0043/2025, que acompanha o projeto, atesta que a proposição não gera impacto orçamentário, pois se trataria de correção de erro material.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
DIRETORIA LEGISLATIVA
COMISSÕES TÉCNICAS



A majoração de um teto de despesa, de R\$ 131.300,00 para R\$ 157.560,00, representa um aumento de R\$ 26.260,00 no potencial de gasto mensal, o que totaliza um acréscimo de R\$ 315.120,00 ao ano no limite autorizado para despesa com pessoal.

3. VOTO

Ante o exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 44/2025.

É como voto.

Submeto aos nobres pares.

Rio Branco, 11 de dezembro de 2025.


Vereador **MARCIO MUSTAFA**
Relator



Câmara Municipal de Rio Branco
Diretoria Legislativa
Comissões Técnicas



CERTIDÃO

Certifico que o **Projeto de Lei Complementar nº 45/2025**, foi aprovado na **Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final – CCJRF** e **Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação – COFT**.

É a verdade que certifico.

Rio Branco, 12 de dezembro de 2025.

Williane Antonia Soares Pereira
Coordenadora das Comissões Técnicas
Portaria nº 64/2025

DESPACHO

Exaurida a tramitação no âmbito das Comissões Técnicas, remeto o **Projeto de Lei Complementar nº 45/2025** e seu respectivo parecer.

A ata com registro de votos será juntada pelo Setor de Redação Oficial.

À Diretoria Legislativa.

Rio Branco, 12 de dezembro de 2025.

Williane Antonia Soares Pereira
Coordenadora das Comissões Técnicas
Portaria nº 64/2025

ACUSO RECEBIMENTO, em

____/____/2025.

Diretoria Legislativa